

Nº30

reunião realizada em 23 julho de 2018

Presidencia: Filomena Pascoal Sintra	
Vereadores presentes: Célia Paula Palmeiro de Brito Mário Nuno Valente Lopes Dias José Fernandes Estevens Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa	
Faltas Justificadas: Francisco Augusto Caimoto Amaral	
Hora de abertura: vinte e uma horas	
Balancetes: Foi presente à reunião o balancete referente ao dia 2018.07.20 acusa os seguintes saldos:	que
Conta Geral da Câmara — 723.544,84 euros; Conta de Cauções Diversas — 140.624,96 euros; Conta Fundo Social Europeu - Rede Social — 196.562,17 euros; Conta Transferência INTERREG III B — ATL Medieval — 34.555,93 euros; Conta Transferência INTERREG III A — TEE II — 42.101,18 euros; Caixa Geral Depósitos - Prodep — 228.383,48 euros; Caixa Geral Depósitos — 96.073,54 euros; Caixa Geral Depósitos — 96.073,54 euros; Caixa Geral Depósitos - 5.773,93 euros; Banco Comercial Português, SA — 3.063,81 euros; Caixa de Crédito Agrícola — 32.763,58 euros; Banco Espírito Santo, SA — 46.175,09 euros; Banco Bpi, SA — 104.811,25 euros; Banco Santander Totta, SA - 10.000,00 euros; Cauções de Empreitadas e Fornecimentos — 469.000,63 euros; Banco Comercial Português, SA — 204.290,33 euros; Em Cofre — 9.167,32 euros.	
A Câmara tomou conhecimento	



reunião 2018/07/23 ordinária



- 1. -Informações
- Licença Especial de ruído- Baile-Monte Francisco. Requerente: " Campesino Recreativo Futebol Clube" (proposta nº.304/2018/CM)
- 3. Construção de moradia e piscina Requerente: Maria Manuela Lourenço Gonçalves Pereira (Proposta nº.305/2018/CM)
- -Execução de obras isentas de controlo prévio- Processo nº.04-38/2017-Requerente: Maria da Luz Vaz Correia Gonçalves e Outros (Proposta nº.306/2018/CM)
- 5. -Alteração orçamental nº.5 (Proposta nº.307/2018/CM)
- 6. -Atribuição de "Quota Extraordinária para 2018" à ODIANA-Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana (Proposta nº.308/2018/CM
- 7. -Intervenção do público, nos termos do nº 2 do artigo 16º. Do Regimento da Câmara Municipal.



reunião 2018/07/23 ordinária

Aug R

ANTES DA ORDEM DO DIA:

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens, cumprimentou os membros da mesa e questionou a Sr. Vice-Presidente sobre um aterro que estava a ser feito



reunião 2018/07/23 ordinária

junto à E.N-.125 numa área de reserva natural, e que anteriormente chamou à atenção o Sr. Presidente e a Câmara desta situação, a Sra. Vice-Presidente teve a oportunidade de informar que tinha sido levantado um auto de contraordenação a essa situação. Posteriormente a isso manteve-se as alterações ao relevo, referiu que na última semana tinham sido feitas descargas de várias inertes no local. O Sr. Presidente da Câmara Municipal mandou repor aquele espaço como se encontrava e deverá extrair de lá todas consequências e proceder em conformidade.

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente iniciou pelo assunto da Praia Verde e tendo a informação que deu origem à deliberação passou a citá-la refere que o que aconteceu foi um constrangimento acentuado nos últimos três anos na Praia Verde, tanto na parte de estacionamento como na circulação e tem sido um alerta sistemático nestes três anos. Felicitou a A.P.P.V pela postura que tem tido, da preparação atempada da época de verão a vários níveis, de trânsito, resíduos, limpezas das áreas e arruamentos. Houve sempre o cuidado de preparar anualmente a vinda de mais gente Praia Verde e, nunca tendo participado dessas reuniões expeto o corrente ano, que participou em duas, e que o ponto de partida deste ano foi a segurança e a dificuldade de escoamento do trânsito. As soluções foram analisadas tecnicamente e não politicamente. Referiu que o que se quer é a segurança, melhorar os serviços e não se quer criar constrangimentos nem posições de força. Nestas duas reuniões foi feita a preparação do verão e houve a necessidade de uma proposta técnica que foi feita por parte dos nossos serviços e foi apresentada mais tarde numa reunião em maio. A A.P.P.V também



reunião 2018/07/23 ordinária

How R

apresentou um estudo e nessa discussão estiveram presentes a Sra. Vicepresidente, o Sr. Presidente, o Sr. Comandante de destacamento da G.N.R do Sotavento e de Castro Marim, representantes da associação, Chefes de serviço operacionais, o Sr. Diretor do Hotel e os proprietários de restaurantes. Nessa reunião coube à Câmara trazer uma proposta que veio à câmara e não menciona em lado nenhum que foi feito um pedido de parecer à A.P.P.V. É uma proposta da unidade de obras Municipais e há intenção em que tenham as plantas, os anexos, quais as plantas e qual era a proposta de circulação. Não atingiram o objetivo, que era a segurança devido ao fluxo acentuado de trânsito que dificultou a entrada e saída de trânsito. Uma questão abordada pelo Sr. Vereador José Estevens, que essa proposta de alteração ao parque de estacionamento privado, tivesse um ponto de entrada onde se faz atualmente no acesso à praia e ponto de saída na rua Norte, é esse o processo de licenciamento. As bolsas existem no plano de praia, tiveram parecer do I.C.N.F., da A.P.A. e da C.C.D.R, e virá à Câmara na quarta-feira, devidamente fundamentada com os pareceres técnicos do urbanismo, datado a 12-07-2017, da Arquiteta Cátia Susano e a Câmara decidirá se quer ou não o parque de estacionamento com aquela proposta e aquelas condições. Refere que quando se fez o estudo neste plano de circulação também era prossuposto que não houvesse carros a passar de baixo para cima e agora perante este problema a Sra. Vice-presidente pergunta como é que se pode minimizar? Irão analisar cada uma das situações e a proposta que se vai fazer aos Srs. Vereadores é de marcar uma reunião com todas as partes anteriormente mencionadas, com as forças de segurança e voltar a analisar o problema. A Sra. Vice-presidente referiu que a Praia Verde exige um plano de mobilidade para os carros e para quem tem mobilidade reduzida. Disse que foram confrontados com plantas diferentes e a evolução do loteamento, as ruas e passeios que já não são como eram, está tudo a ser analisado e referiu que não se vai votar medida nenhuma, mas que se quer aumentar a mobilidade e melhorar as condições e ter o turismo que interessa na Praia Verde. A Sra. Vicepresidente relembrou que não foi esta medida que trouxe o maior fluxo de pessoas nos últimos anos, provavelmente por se pagar estacionamento noutros sítios é que aumentou a carga na Praia Verde e Altura a nível de estacionamento. A Sra. Vice-presidente deu nota de que trouxe a informação que a A.P.P.V. lhe fez chegar por email, que esta solução seria provisoriamente suspensa. A Sra. Vice-presidente esclareceu que não disse isso e assumiu o erro da decisão, e que



reunião 2018/07/23 ordinária

o que disse foi que não poderia assumir ali um prazo para tomar uma decisão sobre o assunto porque não seria leal da sua parte faze-lo publicamente sabendo que não terá capacidade para o fazer, também que estas decisões de situações são sempre partilhadas com estrutura técnica e termina dizendo que a proposta do licenciamento da 3ª bolsa de estacionamento virá na próxima reunião de Câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Mário Dias, percebeu que vai ser marcada uma reunião com os Srs. Vereadores e com as entidades técnicas competentes e presumiu também que estarão presentes os representantes dos moradores. ------

Tomou a palavra a Sra. Vereadora Célia Brito que perguntou o que é que vai acontecer na prática a partir de hoje. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Mário Dias que concordou com o que foi dito pela Sra. Vereadora Célia Brito e sugere fazer uma reunião só com a APPV e quem não se sentir representado terá oportunidade individualmente tomarão conhecimento dos após depois, até para mitigar algumas confusões. ------

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens não concordou com a s palavras do Sr. Vereador Mário Dias e disse que qualquer proprietário de per si tem legitimidade para falar, que nenhum deles alienou essa legitimidade em termos absolutos à APPV quer estejam ou não representados, terá que ser com os proprietários no seu todo e não só com os que são representados pela APPV Disse também que qualquer proprietário pode mandar parar aquilo com uma



reunião 2018/07/23 ordinária

providencia cautelar e que na próxima semana vai apresentar uma proposta à Câmara para revogação da deliberação.-----

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente, repetiu que foi uma proposta técnica que resultou de um conjunto de reuniões e da abordagem do problema; a solução não é a melhor e disse que estarão cá para analisar a melhor. Sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador Estevens, do aterro, respondeu que já foi feita a notificação e a participação. Foi efetuada a audiência prévia do interessado sobre a intenção ordenada da reposição do terreno e dar conhecimento à CCDR e à DRAP Algarve, não se pode fazer esta intervenção sem estes passos e o processo está disponível para consulta. Sobre a questão da rotunda provisória disse que o primeiro esboço de proposta chamou-se rotunda provisória porque é a única forma das Infraestruturas de Portugal (IP) poderem legitimar o Município para a executar e ainda existe a parceria Público privada cujo acórdão, não houve visto sobre as condições negociais sabendo que as IP não tinham legitimidade sobre este troço da E.N. 125 e percebendo que o lançamento da empreitada para requerer da obra não iria acontecer em conjunto com as IP e numa partilha técnica foram discutidas as possibilidades de como é que provisoriamente se podia melhorar a circulação do transito do acesso à Praia Verde. Discutiu-se a possibilidade de a Câmara Municipal suportar os custos daquilo que seria uma rotunda provisória, mas com o mesmo desenho do projeto definitivo. A Sra. Vice-Presidente referiu que no início do ano foram feitos vários contactos onde se percebeu que não haveria obra sendo o primeiro esboço de proposta enviado a 23 de março de 2018 e até 8 de maio houve uma continuação da troca de email's entre técnicos para estabilização da solução proposta. Foi submetida essa anteproposta à Vice-presidente e foi sugerida uma reunião com o gestor Regional. Todas as comunicações foram submetidas às IP central, o desenho foi ajustado em função daquilo que era as obrigatoriedades das IP e a Câmara Municipal face à primeira anuência por escrito das condições e das condicionantes para a realização dessa rotunda, fez os procedimentos contratuais para os materiais e para a obra em si e a dado momento, depois de se ter dito em público que a Câmara Municipal iria suportar um custo na ordem dos 40 mil euros, houve a aprovação final do desenho de sinalética que não era só rotunda. Sendo feito esse trabalho, as IP suportariam parte dessa sinalética através da aquisição direta e na sexta-feira dia 13 de junho veio uma comunicação que a Sra. Vice-presidente passou a citar e explicou porque é que



reunião 2018/07/23 ordinária



não se fez a rotunda e o motivo que levou à suspensão ou revogação da decisão era o mesmo que já existia, ou seja as I.P. já não tinham legitimidade para o fazer. Disse que teremos que esperar que esse processo negocial da PPP,

iniciada em 2012 e cujo primeiro documento enviado para o tribunal de contas em outubro de 2017, seja corrigido naquilo que o tribunal pede para termos o visto a rotunda e a requalificação: -----Informação nos termos do nº4 do artigo 49ºdo LOE - A Câmara tomou conhecimento-----Atas submetidas para aprovação: -----Ata de 05 de fevereiro- Foi posta à votação a Ata de 05 de fevereiro, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Ata. -----Ata de 26 de fevereiro- Foi posta à votação a Ata de 26 de fevereiro, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Ata. O Sr. Vereador Victor Rosa declarouse impedido de votar por não se encontrar presente. -----

LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO- BAILE- MONTE FRANCISCO-REQUERENTE:" CAMPESINO RECREATIVO FUTEBOL CLUBE" -Foram presentes à Câmara o processo e a proposta nº. 304/2018/CM, referentes ao assunto em epígrafe. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----

CONSTRUÇÃO DE MORADIA E PISCINA-REQUERENTE: MARIA MANUELA LOURENÇO GONÇALVES PEREIRA - Foram presentes à Câmara o processo e a proposta nº.305/2018/CM, referentes ao assunto em epígrafe. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----



reunião 2018/07/23
ordinária

EXECUÇÃO DE OBRAS ISENTAS DE CONTROLO PRÉVIOPROCESSO N°.04-38/2017- REQUERENTE: MARIA DA LUZ VAZ
CORREIA GONÇALVES E OUTROS-Foram presentes à Câmara o processo

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens e questionou a deliberação desta proposta, porque é que a Câmara Municipal no dia 11de dezembro de 2017 deliberou exatamente uma proposta igual a esta e sobre este assunto. -----

e a proposta nº.306/2018/CM, referentes ao assunto em epígrafe. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Victor Rosa, cumprimentou os presentes e explicou que na sequência desta validação pela Câmara Municipal houve um vizinho que pôs um requerimento a considerar ter direito àquele espaço e solicitou à Câmara Municipal que o proprietário não fizesse a vedação, depois houve uma análise jurídica de quem seria realmente o titular das propriedades e o que se pede neste momento é que confortem a deliberação.------

Tomou a palavra a Sra. Vice-presidente e disse que face à reclamação de um proprietário confinante que punha em causa a deliberação da Câmara, cabe à Câmara Municipal reconhecer ou não a reclamação. ------

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens para dizer que a Câmara neste assunto não tem que fazer nada porque é um problema entre particulares e disse também que não vai votar uma coisa que a Câmara já votou. ------

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista disseram que não votariam e a Sra. Vice-presidente questionou o porquê. -----

A Sra. Vereadora Célia Brito respondeu fazendo uma declaração de posição e passou a citar: "Não vamos votar porque já foi votado anteriormente, se há alguma incongruência no processo notifique-se a pessoa que solicitou essa incongruência e apresentar o que tem o departamento jurídico, e não tem que vir à Câmara porque a Câmara deliberou e está aprovado, não tem qualquer fundamento e não vamos votar uma situação que já foi votada." ------

Tomou a palavra a Sra. Vice-presidente e disse que já não vai discutir mais este assunto, virá na próxima reunião o requerimento da pessoa que pôs em causa a



reunião 2018/07/23 ordinária



Depois do Sr. Vereador terminar a Sra. Vice-Presidente passou a citar a informação do chefe de divisão e pôs o ponto à votação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens para dizer que é mais que evidente que esta é uma proposta que não tem qualquer sentido e questiona quais os interesses que estão aqui em presença que não possam esperar oito dias.

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente para que questionou quem é que vai escrever que o chefe da unidade orgânica está errado. -----

Os Srs. Vereadores disseram que nas declarações que fizeram está plasmado que o chefe da unidade orgânica está errado. -----

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente para dizer que vai manter o ponto porque não tem substância nas intervenções dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e do CM1 para não votar. -----



Holt R

reunião 2018/07/23 ordinária

Tomou a palavra o Sr. Vereador Mário Dias que perante uma intransigência incompreensível fez uma declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista relativamente a este ponto, considerando que é um ato despropositado, voltar uma votação que já aconteceu no passado, que reitera a votação, considera que este ponto não deveria vir à ordem do dia e a votação, ou fazer parte da ordem de trabalhos, solicitaram à Presidente em exercício que o retirasse da ordem de trabalhos, considerando mesmo que o parecer emitido pelo departamento jurídico orienta uma resposta direta ao requerente no sentido de que ele passe a assumir esse problema no fórum próprio, que é o fórum judicial e no impedimento de não podermos votar, reconhecem esse facto, e não querendo, porque se o fizessem acabariam com a reunião e impedíamos aqui a aprovação de um conjunto de assuntos que vêm à ordem de trabalhos e também a possibilidade de outras pessoas que estão presentes assistirem ao resto da reunião e colocarem as suas questões. Os vereadores do Partido Socialista abstêm-se, manifestando aqui o seu repúdio pela forma como foi conduzida esta reunião." -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a proposta, com duas abstenções dos Srs. Vereadores do Partido Socialista com declaração de voto e um voto conta do Sr. Vereador do CM1 com declaração de voto. ------

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N°5- Foram presentes à Câmara o processo e a proposta n°.307/2018/CM, referentes ao assunto em epígrafe. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----



reunião 2018/07/23 ordinária



ATRIBUIÇÃO DE "QUOTA EXTRAORDINÁRIA PARA 2018" À ODIANA-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTODO BAIXO GUADIANA- Foram presentes à Câmara o processo e a proposta nº 308/2018/CM, referentes ao assunto em epígrafe. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-Usaram da palavra o Sr. Hugo Pena, cumprimentou os presentes e fez uma chamada de atenção com as situações de falta de respeito nas reuniões de Câmara, interrupções quando alguém usa da palavra e levantamentos de vós. Referiu também o facto das Atas a serem aprovadas são de fevereiro. Questionou o Executivo sobre quais as medidas que estão a ser tomadas relativamente à revogação do deferimento da rotunda na E.N. 125 na Praia Verde, também quis saber como está a situação da utilização dos Tuk-Tuk, se tem algum encargo extra para o erário publico, se não vai chocar com autocarro turístico da linha azul. Terminou sugerindo que na fatura da água fosse uma informação com os contactos das recolhas lixo, verde e monos e os locais de recolha. Deu nota de que no entroncamento da rua Almeida Garrett com a rua D. Dinis faz falta um sinal vertical de STOP.

Usou da palavra o Sr. Paulo Cardoso, cumprimentou a mesa e disse que o seu único propósito de intervenção é que fosse imediatamente suspensa e revogada a posição em relação ao trânsito na Praia Verde, também que representa



reunião 2018/07/23 ordinária



insatisfação de 262 associados efetivos da Praia Verde e se o convidarem para participar em alguma discussão no sentido de melhoria da Praia Verde, estará sempre disponível e participará como proprietário. ------

Usou da palavra o Sr. Mário, cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que tendo uma grande fama em Castro Marim de ter violado uma neta com dois anos, perguntou onde está a direção de apoio às crianças. Referiu que o Sr. José Estevens numa hora lhe conseguiu arranjar casa para uma filha e se violou a neta porque é que a filha continua lá em casa e que quem lhe dá trabalho é o Sr. João Pena Madeira. ------

Usou da palavra o Sr. Pedro Tavares que disse ter percebido que agora não vai haver nenhuma decisão, que a unanimidade foi uma má decisão e porque é que não é suspensa imediatamente.

Usou da palavra o Sr. José Renda que preguntou porque é que não há uma decisão politica imediata de suspensão de uma decisão que foi menos ponderada. -----

Usou da palavra a Sra. Sofia Fernandes, que cumprimentou todos os presentes e lamentou a suspensão não ter sido imediata, entristeceu-a ver os contentores da Praia Verde sempre cheios por falta de limpeza, em relação ao trânsito disse que o mais essencial fazer uma rotunda na E.N.125, que já deveria ter sido feita há anos.

Usou da palavra o Sr. Pereira da Silva, cumprimentou os presentes, referiu que deveriam ser colocados pines assim como a suspensão imediata da medida tomada para o trânsito na Praia Verde. ------

Tomou a palavra a Sra. Vereadora Célia Brito, que falou em nome da Empresa Municipal Novbaesuris agradeceu ao Sr. Hugo Pena o facto de ter falado nos Tuk Tuk e referiu que foi uma parceria da Empresa Municipal com a Câmara Municipal, sendo uma aposta de turismo diferente e que está a ser um sucesso. Sobre o problema dos lixos temos que ter a noção de que existe necessidade de fiscalização por parte da câmara ao desempenho dessa empresa privada com a qual existe uma prestação de serviços, concordou assim com as palavras do Sr.

reunião 2018/07/23 ordinária

Hugo Pena. Referiu ainda, que o PS iniciou a reunião com uma proposta que visava a suspensão imediata da medida tomada para o trânsito na Praia Verde. --

Tomou a palavra o Sr. Vereador José Estevens, que, sobre a matéria do trânsito a Praia Verde acrescentou que qualquer uma das duas deliberações da Câmara Municipal eram nulas e sem valor, se não forem aqui revogadas serão nulas porque estão a contrariar os procedimentos que a lei estabelece neste tipo de alterações. Sobre a rotunda, disse que está mal explicada a resposta das EP em relação à reversão que operou do parecer favorável que já tinha dado. Referiu que a recomendação que foi aprovada na última reunião será transmitida às EP, não sabendo o que o Sr. Presidente da Câmara fez, espera que tenha diligenciado no bom sentido e que ainda se possa ir a tempo de convencer as IP que não há nenhum motivo que justifique esta reversão da autorização que tinha sido concedida para esta obra. ------

Tomou a palavra a Sra. Vice-presidente para dizer que irá tentar com que as atas sejam aprovadas com maior celeridade, pois são difíceis de fazer porque são semanais e os Srs. Vereadores têm sempre questões a acrescentar, irá ser regularizada essa situação. Sobre a rotunda da Praia Verde referiu que o Sr. Presidente da Câmara pediu logo uma reunião ao Sr. Ministro das Obras Públicas. Convidou todos a lerem o acórdão 685/2018, serão tiradas muitas conclusões sobre o que foi feito estes anos sobre o processo de negociações. Nesta reunião a Sra. Vice-presidente percebeu que a posição dos moradores da Praia Verde não é unanime nas comunicações sobre a necessidade da rotunda e deu uma breve explicação sobre o único projeto que a Câmara Municipal conhece (2014), sobre soluções que já se puseram em prática e não resultaram, falou também sobre o movimento cívico da E.N. 125 e sobre a revogação da decisão da construção da rotunda da Praia Verde e do pedido de reunião ao Sr. Ministro das obras Públicas. Respondeu ao Dr. José Estevens que fala sempre na questão da legalidade, disse-lhe que foi ousada a decisão da Câmara Municipal ao considerar que havia condições para a ampliação do hotel da Praia Verde, única condição para ter sustentabilidade e financeira e conseguiu-se o suporte jurídico para essa decisão, a Praia Verde é importante e é determinante para aquilo que é o nosso produto turístico. Ainda na resposta ao Sr. Hugo Pena, acrescentou ao que a Sra. Vereadora Célia Brito disse, que os custos do Tuk Tuk são suportados no âmbito do contrato programa do Município, têm um custo

A COVR

reunião 2018/07/23 ordinária

diário, deu uma breve explicação de como vai funcionar assim como o autocarro da linha Azul. Quanto aos resíduos respondeu que está a ser preparada uma série de documentação com os horários, os locais de recolha da empresa contratada e quais as localidades onde é feita a recolha com os serviços do Município, explicando também o que são monos e o que são resíduos verdes. Deu a informação sobre a abertura dos concursos para motoristas. Quanto ao sinal de STOP na rua Almeida Garrett em Altura, irá encaminhar para os serviços. Em resposta ao Sr. Faustino Cunha disse que não irá introduzir na ordem do dia uma proposta, mas irá contribuir com esforço e dedicação para que seja muito em breve. Ao Sr. Mário respondeu-lhe que o assunto que trouxe é um assunto para a comissão de proteção de crianças e jovens, não irá abordar este assunto em reunião de Câmara. Disse que não conhece nenhum processo nem quer conhecer, não faz parte das suas funções. Ao Sr. José Renda explicou-lhe que a rotunda não tem nada a ver com a decisão que a Câmara tomou, agradeceu a intervenção da Sra. Sofia Fernandes e disse-lhe que a associação da Praia Verde fez um enorme esforço de articulação com o Município para a limpeza de toda a área do pinhal, que foram colocadas em carga pela primeira vez a rede de bocas de incendio que quando foram construídas não ficaram em carga. Sendo esta área uma área em que os proprietários estariam obrigados a cumprir o normativo das copas e dos afastamentos dos pinheiros a Câmara Municipal também se atravessou nessa interpretação legislativa e pediu ao ICNF uma reapreciação do sentido da lei e virá na próxima reunião de Câmara o plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios. Quanto ao Sr. Pereira da Silva, que é a pessoa mais participativa das reuniões de Câmara, disse-lhe que se tem que melhorar a mobilidade e a segurança na Praia Verde. Referiu, em resposta ao Sr. Vereador José Estevens, que o estacionamento e as bolsas de estacionamento estão consignadas do plano de ordenamento da orla costeira, e como Presidente de Câmara que já foi, sabe o que é que está previsto nos planos da praia, não quer dizer isso que seja suscetível de licenciamento, mas a carga na praia está definida no plano de ordenamento da orla costeira. -----

Não havendo mais intervenientes a Sra. Vice-Presidente deu por encerrada a reunião. -----





PROPOSTA No. 304/2018/CM

Licença Especial de Ruído - Baile - Monte Francisco - Requerente:
"Campesino Recreativo Futebol Clube"

Considerando o requerimento apresentado pelo " Campesino Recreativo Futebol Clube, para licenciamento especial de ruído para bailes e licenciamento de funcionamento de recinto de diversão provisória, na sede do referido clube, nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2018, pelo período das 22:00 horas às 03:00 horas;

Considerando o parecer técnico favorável condicionado às condições expressas no mesmo, emitido pela Técnica da Unidade Orgânica de Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos, relativo à verificação dos requisitos constantes do diploma legal;

Considerando o Regulamento Geral de Ruído, artigo 15º do Decreto-Lei nº 9/2017, de 17 de janeiro.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Emitir a licença especial de ruído para bailes com música ao vivo, para os dias 3, 4 e 5 de agosto, na Sede do Campesino Recreativo Futebol Clube, com as condicionantes mencionadas na informação técnica.

Castro Marim, 18 de julho de 2018

O Presidente da Câmara





PROPOSTA Nº. 305/2018/CM

Construção de moradia e piscina - Requerente: Maria Manuela Lourenço Gonçalves Pereira

Considerando o teor da informação subscrita pela Técnica Superior Arq^a Sónia Gomes, da Unidade Orgânica de Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos e o parecer o Chefe de Divisão da mesma unidade.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Deferir a aprovação do projeto de arquitetura condicionado nos termos da informação técnica.

Castro Marim, 18 de julho de 2018

O Presidente da Câmara,





PROPOSTA N°. 306/2018/CM

Execução de obras isentas de controlo prévio - Processo n.º 04-38/2017 - Requerente: Maria da Luz Vaz Correia Gonçalves e Outros

Considerando o pedido efetuado pelo requerente para vedar o seu terreno junto à estrada com rede ovelheira;

Considerando a informação prestada pelo serviço de Fiscalização do Município de Castro Marim;

Considerando o teor da informação produzida pelo Arqº João Pereira, o parecer jurídico e os pareceres do Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos, Arq.º Octávio Câmara.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Considerar a obra como de escassa relevância urbanística.

Castro Marim, 18 de julho de 2018

O Presidente da Câmara





PROPOSTA N°. 307/2018/CM

Alteração Orçamental n.º 5

Considerando o teor da informação nº 2620 de 2018/07/18 subscrita pelo Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e as razões ai aduzidas;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar a 5ª alteração ao orçamento de 2018, conforme mapa anexo à informação.

Castro Marim, 18 julho de 2018

O Presidente da Câmara





PROPOSTA N°. 308/2018/CM

Atribuição de "Quota Extraordinária para 2018" à ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana

Considerando o teor da informação nº 2618 de 2018-07-18, produzida pela Técnica Superior da Unidade Orgânica de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto e o parecer do Presidente Câmara.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que delibere:

- Atribuir uma quota extraordinária no valor de 18.044,00 euros à Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana.

Castro Marim, 16 de julho de 2018

O Presidente da Câmara,

Às 23h25m foi aprovada e assinada a Minuta da Ata e encerrada a reunião e Eu, Assistente Técnica, Maria do Rosário Custódio Sousa_, a subscrevi.

O Presidente.

Filomena Pascoal Sintra

Os Vereadores,

Célia Paula Palmeiro de Brito

Mario Nuno Valente Lopes Dias

José Fernandes Estevens

Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa